

«Não há liberdade sem igualdade»



---

## II FÓRUM DA IGUALDADE

---

Sem justiça social e ambiental não há futuro!

16 e 17 de abril de 2012  
Salão de Eventos da Igreja Pompéia

[www.forumdaigualdade.org.br](http://www.forumdaigualdade.org.br)

Oficinas

Reforma agrária e alimentos e qualidade  
A contaminação genética do milho

---

**Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra**

Dilma Rouseff  
Presidente da República

Pepe Vargas – Gilberto José Spier Vargas  
Ministro do Desenvolvimento Agrário

Celso Lisboa de Lacerda  
Presidente do Incra



# Índice

|   |    |
|---|----|
| I – Apresentação.....                             | 1  |
| II – Introdução .....                             | 3  |
| III – Recomendações resultantes das oficinas..... | 6  |
| IV – Síntese das exposições e debates .....       | 9  |
| V – Expositores e debatedores.....                | 25 |
| VI – Bibliografia sugerida .....                  | 29 |





# I – Apresentação

O Fórum da Igualdade chega à segunda edição, e para o Inbra, participar deste evento é uma reafirmação de seu compromisso institucional. Isso porque as atribuições do Instituto incluem ações como reforma agrária, monitoramento da distribuição das áreas rurais e regularização fundiária dos territórios quilombolas. Este conjunto de tarefas voltadas a democratizar o acesso à propriedade da terra reforça a ideia sustentada pelo slogan do encontro: “Não há liberdade sem igualdade”. Trata-se de um momento oportuno para o Inbra aproximar-se dos diferentes atores da sociedade civil, estabelecer parcerias e angariar a adesão social.

Em 2012, o tema do Fórum “Sem justiça social e ambiental não há futuro” ainda trouxe ao Instituto a chance de colocar a reflexão sobre qual o tipo de agricultura é compatível com as condições dos assentados, agricultores familiares e também com as futuras gerações evocadas no conceito de desenvolvimento sustentável. A discussão torna-se ainda mais relevante às vésperas da conferência Rio+20, na qual governos e sociedade civil de diversos países irão definir questões ambientais para os próximos anos. Em nível local, o Fórum da Igualdade construiu coletivamente propostas bem

---

## **II FÓRUM DA IGUALDADE**

---

fundamentadas a serem defendidas na grande disputa de orientações da conferência.

Nesse sentido, a agroecologia surge como uma opção capaz de abarcar necessidades como a promoção de emprego e renda para os trabalhadores do campo, manutenção dos recursos naturais, valorização da cultura rural, reconhecimento da importância das tecnologias tradicionais e produção de alimentos saudáveis para os habitantes urbanos. Na contramão desta alternativa, estão modelos altamente demandantes de insumos externos, capazes de desequilibrar o ambiente e provocar dependência dos agricultores do capital e dos produtos industrializados.

O exemplo do arroz ecológico cultivado nos assentamentos gaúchos comprova o êxito da matriz tecnológica de menor impacto, que respeita os aspectos social, ambiental e econômico da agricultura. A direção nacional do Inca já tomou a decisão de incentivar iniciativas semelhantes em outras áreas da reforma agrária, com apoio das superintendências regionais. A transição para a agroecologia, gestada dentro do Instituto, conta com a disposição institucional de orientar e capacitar os profissionais de assistência técnica prestadores de serviço aos beneficiários da reforma agrária.

Para tanto, é necessário que movimentos sociais, técnicos, assentados, acampados e até moradores das cidades invistam no fortalecimento do cultivo dos chamados alimentos limpos, seja por meio da produção ou do consumo. Essa foi a tônica da participação do Inca no II Fórum da Igualdade.

Presidência Inca  
Junho 2012



## II – Introdução

O II Fórum da Igualdade constituiu-se como espaço para discussão de temas que impactam no presente e no futuro, mas que passam ao largo da grande mídia. Com este entendimento, associado à consciência de que não há liberdade sem igualdade e de que **"sem justiça social e ambiental não há futuro"**, nosso grupo de trabalho realizou, durante o Fórum, duas oficinas onde foram discutidos os temas (1) matrizes produtivas no contexto dos agricultores participantes do Programa Nacional de Reforma Agrária e sua importância para a produção de alimentos limpos, e (2) contaminação, por fluxo gênico, do milho crioulo historicamente preservado pelos agricultores familiares à revelia destes, com suas implicações sob o ponto de vista da produção e do consumo.

Nas oficinas foram discutidas propostas de desenvolvimento alicerçadas em experiências concretas, ajustadas ao espírito das políticas nacionais de Reforma Agrária e de Agroecologia, trabalhando-as desde a perspectiva de grupos sociais minoritários sob o ponto de vista da capacidade de pressão política, com o apoio de informações científicas atualizadas, aportadas por especialistas nos temas.

---

## II FÓRUM DA IGUALDADE

---

As oficinas levantaram argumentos que dão sustentação à seguinte posição: **a produção de base agroecológica, além de pressupor alterações em procedimentos técnicos, expressa um conteúdo político que aponta no sentido de processos de transformação social.**

Subjacente a isto está o fato de que o esforço e o aprendizado necessários para dominar a complexidade das produções de base agroecológica não se justificam simplesmente pelo desejo de obter e vender produtos “bons”, sem agrotóxicos, isentos de transgênicos, nem por promessas de ganhos associados à constituição ou consolidação de posições em nichos de mercado. Trata-se, também, de um debate político atento às necessidades coletivas e orientado para a construção de relações positivas entre homens, mulheres e natureza, fortalecendo valores desprezados no contexto da economia de mercado.

Falamos, portanto, de mudança conceitual levando posicionamentos que privilegiam a ética e o respeito para com a terra, a água, o trabalho, seus frutos e as relações daí decorrentes, em uma perspectiva de longo prazo.

Com este nexos, as oficinas apontaram a necessidade das políticas públicas contribuir efetivamente para que os governos tomem a sério os princípios e as práticas da agroecologia. A incorporação dos princípios da agroecologia às ações do Estado possibilita que comunidades e indivíduos sejam motivados a assumir posturas mais comprometidas e responsáveis, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Agindo em sentido oposto, privilegiando os valores da economia de mercado, as políticas atuais alimentam desigualdades sociais e, conseqüentemente, comprometem a autonomia das gerações futuras.



---

## II FÓRUM DA IGUALDADE

---

Em outras palavras, as oficinas concluíram que a agroecologia é um alicerce político relativamente à forma como o Estado decide quanto a suas prioridades, alocação de recursos, avaliação dos resultados de suas políticas e sobre o que pode ser feito para qualificá-las. Entretanto, faz-se decisiva a participação da sociedade nesse processo. A agroecologia permite estimular discussões e ações relacionadas à forma como cada indivíduo e cada grupo se posiciona, em relação àqueles elementos.

Finalmente, as oficinas recomendaram apoio às políticas de reforma agrária e agroecologia, cautela com as avaliações e liberações apressadas de organismos geneticamente modificados, apoio às iniciativas voltadas à redução no uso de agrotóxicos e estímulo à geração, divulgação e popularização de informações sobre estes temas, entre outros.

A seguir – de forma muito resumida – são expostos alguns dos elementos trabalhados nas oficinas viabilizadas durante o II Fórum da Igualdade, que referem parte da circunstância vivenciada pelos agricultores assentados que produzem arroz ecológico, por organizações de agricultores familiares que produzem milho crioulo, por técnicos e pesquisadores nestes temas, tendo em vista a expansão do agronegócio e das lavouras transgênicas, considerando ainda algumas ações desenvolvidas com objetivo de mudar esta realidade, bem como suas motivações.

Leonardo Melgarejo



### **III – Recomendações resultantes das oficinas**

#### **Oficina I – Reforma Agrária e alimentos de qualidade**

Com a participação de 45 pessoas, representando 18 organizações envolvidas com o tema e tendo em vista a crescente comprovação do potencial da agroecologia para produzir alimentos saudáveis e em quantidade, os resultados apontaram as seguintes recomendações:

- 1 – Apoio à reforma agrária como política incluyente, capaz de gerar atividades produtivas e oferecer alimentos de qualidade superior.
- 2 - Estímulo à conversão de sistemas de produção associados ao modelo do agronegócio para produção de base agroecológica; estímulo ao programa de apoio à transição agroecológica, com alterações nas políticas de crédito e assistência técnica desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incr).
- 3 – Estímulo à consolidação de canais de escoamento para a produção de base agroecológica.

4 – Construção de sistemas de informação e divulgação dos resultados obtidos pelos agricultores assentados que produzem alimentos sem o uso de agrotóxicos e transgênicos.

### **Oficina II – A contaminação genética do milho**

Com a participação de 35 pessoas, representando quatorze organizações envolvidas com o tema, e tendo em vista que a liberação dos transgênicos viola o direito de todos que não querem plantá-los ou consumi-los, os resultados apontaram as seguintes recomendações:

1 – Apoio à campanha nacional “Por um Brasil Livre de Agrotóxicos e Transgênicos”, bem como aos posicionamentos do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e Conselho Nacional de Nutricionistas (CFN), relativamente a estes temas.

2 – Necessidade de estabelecer um sistema de monitoramento sobre o impacto dos produtos transgênicos já liberados.

3 – Necessidade de estabelecer um sistema de acompanhamento, interpretação, decodificação e divulgação das decisões tomadas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e suas possíveis implicações sobre a saúde humana e ambiental. Posicionamento de rejeição às mudanças propostas nas normativas da CTNBio, que tendem a flexibilizar e facilitar a liberação de organismos geneticamente modificados (OGMs) no Brasil, bem como a tornar inútil o sistema de monitoramento.

4 – Necessidade de estabelecer áreas livres de transgênicos para preservação de variedades de milho crioulo, preservadas da contaminação pelo pólen das lavouras geneticamente modificadas (GM).

---

## **II FÓRUM DA IGUALDADE**

---

5 – Construção (em articulação com outros países do cone sul) de sistemas de informação e divulgação de dados e estudos atualizados a respeito da contaminação transgênica do milho crioulo, bem como das implicações deste fato.

### **Recomendação geral**

Implantação de um painel científico popular permanente no RS para a coleção, divulgação e multiplicação dos conhecimentos científicos e populares, bem como das posições e interpretações das organizações e conselhos científicos independentes, sobre questões de natureza científica e tecnologias aplicadas à saúde e ao meio ambiente;

Proposição à Cúpula dos Povos, na Rio+20: que seja constituído um Painel Científico de Saberes Alternativos aos conceitos dominantes, para subsidiar ações e mobilizações populares e democráticas, em escala internacional, associadas a questões de saúde pública e ambiental.



## **IV – Síntese das exposições e debates**

### **Oficina 1- Reforma Agrária e Alimentos de Qualidade**

#### **Argumento**

O Rio Grande do Sul se destaca nacionalmente pela produção de arroz orgânico, isento de resíduos de agrotóxicos. Dentre os maiores produtores estão agricultores assentados no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que nesta safra (2011/12) colherão aproximadamente 280 mil sacos em lavouras, que cobrem 3.990 hectares distribuídos em 16 assentamentos de 11 municípios. Com base nesta e em outras experiências, os agricultores organizados demandaram e o Incra está em fase de implantação de um vasto programa de agroecologização da produção de alimentos nos assentamentos de reforma agrária do Brasil. Para tanto, serão mobilizados aproximadamente 3.000 extensionistas rurais coordenados com foco neste processo de transição, que inicia este ano com o levantamento das experiências bem sucedidas, a serem multiplicadas em escala nacional. Ao mesmo tempo em que cresce o mercado de orgânicos e se fortalece a produção de arroz isento de

---

## **II FÓRUM DA IGUALDADE**

---

agrotóxicos, retoma-se a discussão sobre a eventual liberação de arroz transgênico tolerante ao herbicida Glufosinato de Amônio.

Painelistas: Émerson Giacomelli (Coceargs), Roberto Ramos (Inkra)

Debatedores: Roberto Kiel, Luiza Chomenko, Geraldo Defune, André Oliveira

Coordenador de mesa: Leonardo Melgarejo

### **Exposições**

#### **1- A produção de arroz de base agroecológica nos assentamentos do RS**

Émerson Giacomelli, Coceargs – Via Campesina

Conquistar terra não é suficiente. É necessário superar os latifúndios para desenvolver o território, e para isso é necessário ter clareza sobre o tipo de desenvolvimento que queremos, porque ele é possível levando em conta diferentes matrizes tecnológicas. Na conquista da terra, muitos assentamentos são constituídos em áreas com vastas riquezas naturais, e as matrizes tecnológicas escolhidas se refletirão na forma de aproveitamento e no tempo de vida destas riquezas. A experiência com o arroz ecológico, que nós chamamos de ecológico em função da matriz tecnológica envolvida, se assenta nesta convicção. E não nos preocupam os conceitos, mas sim a prática: trata-se de produção sem venenos, com respeito a terra, à água, aos trabalhadores e aos consumidores. E é resultado de outras experiências. Não somos pioneiros, nosso trabalho é resultado do somatório de experiências que decorre das vendas em feiras do produtor, que agora ganha destaque pela agregação de mais e mais famílias. Hoje somos 417 famílias, cultivando 3.990 hectares de arroz ecológico certificado, em 16 assentamentos distribuídos em onze municípios. Foram os ganhos de escala decorrentes deste processo

---

## II FÓRUM DA IGUALDADE

---

que trouxeram visibilidade para uma forma de produção que sabemos ser viável desde que éramos meia dúzia, vendendo em feiras.

Estamos finalizando uma ótima colheita, cujo destino será principalmente a merenda escolar de várias prefeituras, a exportação e os consumidores das feiras e dos mercados onde mantemos nossas bancas de venda direta.

As vantagens associadas a este processo são muitas, estamos aprendendo e ensinando a produzir alimentos limpos, estamos nos capitalizando e reinvestindo na produção.

As dificuldades também são muitas, e persistentes. De um lado, sempre andamos contra a corrente. Toda a política pública direciona-se no sentido oposto. A logística, o apoio aos investimentos, o crédito subsidiado, a assistência técnica, as campanhas de marketing, praticamente tudo que a sociedade oferece destina-se a quem não respeita o ambiente, nem os trabalhadores, nem os consumidores. A matriz tecnológica estimulada é aquela que transformou os brasileiros nos maiores consumidores de agrotóxicos do planeta. Com cada brasileiro consumindo uma média de 6 kg de veneno por ano, com o crescimento do câncer e outras doenças associados a isso, surpreende e entristece o fato de que a maior parte dos recursos públicos apoie o modelo de produção e a matriz tecnológica que estão por trás destes fatos. Este modelo que trouxe a soja transgênica, que expande o milho transgênico, que está por lançar o arroz transgênico, que cria fatos consumidos com o apoio da grande mídia e contra o qual nossa produção ecológica se debate. Diante de tamanha desigualdade, concluímos pela necessidade de sair do espaço dos debates, de partir para ações concretas, de estabelecer contraponto que demonstre a possibilidade efetiva de produzir alimentos saudáveis, respeitando o ambiente. A produção de arroz ecológico nos assentamentos de reforma agrária do RS é isso: um contraponto. Uma demonstração de que é possível fazer diferente,

---

## **II FÓRUM DA IGUALDADE**

---

mesmo contra a maré, mesmo com escasso apoio, mesmo em situação desigual.

Sabemos que se existem pesquisas com transgênicos é porque existe dinheiro público apoiando, e que se houvesse decisão política neste sentido, haveria recursos para pesquisas com produtos ecológicos, no interesse de toda a sociedade. O mesmo vale para a produção ecológica. Nosso contraponto, com escasso apoio, implica em custos enormes de formação, de parcerias, de preparação e de tempo aplicado nas fases de aprendizado. O grupo Gestor do Arroz sintetiza isso: organiza a parceria das famílias com outros atores, com o Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), com a Emater, com o Incra, com órgãos do governo, com ONGs e com empresas privadas, articulando funções assemelhadas com vistas a um mesmo objetivo: produzir alimentos saudáveis, com viabilidade econômica, num ambiente que resiste a isso.

Para encerrar, é importante dar destaque para o fato de que temos clareza política quanto ao fato de que este contraponto, este caminho, está em construção. Diante dos desastres ambientais causados pelas mudanças climáticas, portanto associados ao modelo que pretendemos superar, com as crescentes preocupações para com o ambiente e as gerações futuras, esta construção vem ganhando visibilidade, vem se fortalecendo. Mas o avanço é lento. Precisamos de apoio para mostrar a um grupo cada vez maior que é possível produzir alimentos de forma ecológica, respeitando o solo, a água, os trabalhadores e os consumidores. Que isso implica em respeito aos fatores de produção e também na agregação de valores éticos e morais, à produção de alimentos. Temos clareza que apenas esta perspectiva permitirá construir alternativas para a agricultura e para sociedade. Temos clareza de que os alimentos não são uma mercadoria qualquer e que o agronegócio deve ser superado porque não compreende nem aceita isso. Nossa experiência com o arroz



ecológico é uma opção mais racional, no interesse de todos, que gera renda, que respeita o ambiente, os consumidores e o futuro, e que por isso deve ser apoiada. Existem alternativas para a crise de produção e consumo. Elas baseiam-se em um outro modelo de desenvolvimento, em uma outra matriz produtiva, e nós estamos mostrando isso. Visitem nossos assentamentos e perceberão isso.

### **2 - A agroecologia, a produção de alimentos limpos e os assentamentos de reforma agrária.**

Roberto Ramos, Incra

O Incra no Rio Grande do Sul acompanha 333 assentamentos, onde residem cerca de 12,6 mil famílias. Os assentamentos criados pelo Governo Federal são 157, os assentamentos criados pelo governo estadual são 135. Ainda temos 32 assentamentos compartilhados, dois assentamentos municipais e 7 reassentamentos de agricultores atingidos por barragens. Nossa experiência com estas famílias indica que o modelo de produção dominante, apoiado em *comodities*, exigindo escalas produtivas que superam as dimensões dos lotes, apoiados na utilização de insumos químicos industriais, é pouco afeito à agricultura familiar e oferece poucas opções para a consolidação de unidades produtivas de pequeno porte. Por isso, acreditamos na forma de produzir apresentada pelo presidente da Coceargs, para o arroz ecológico e não apenas para ele. Temos observado outras linhas de produção que seguem o mesmo conceito, e que também se mostram viáveis: a produção de leite, a produção de hortaliças, a produção de frutas, a criação de frangos e de suínos, a policultura de um modo geral. Os assentados são beneficiários de uma política pública e esses beneficiários estão oferecendo uma resposta diferenciada à sociedade, que é a produção de alimentos de qualidade, alimentos saudáveis, não deixando de lado a renda.

---

## **II FÓRUM DA IGUALDADE**

---

Atividades intensivas em mão-de-obra, com escassos dispêndios na aquisição de insumos externos, em geral apresentam maior rentabilidade líquida, por unidade de área, e são mais afeitas a este tipo de agricultura. E são mais respeitosas ao ambiente, mais respeitosas ao consumidor e globalmente mais produtivas, por unidade de área. E, de fato, percebemos as dificuldades para consolidação destas experiências, num contexto onde as políticas de crédito, de seguro agrícola, de apoio à comercialização estimulam no sentido contrário.

E também entendemos que esta forma de produzir se constitui num contraponto ao modelo dominante, da mesma forma que este Fórum da Igualdade se constitui num contraponto ao Fórum da Liberdade. Estivemos no Fórum da Liberdade em 2007, ocasião onde este tema, a Reforma Agrária, foi demonizado. O Fórum da Igualdade oferece espaço para esta discussão, sem preconceitos e da forma ampla como ela deve ser tratada: considerando opções de desenvolvimento e não apenas opções de produção. Aliás, a opção de produção pelo arroz ecológico é aceita de forma generalizada, sendo fonte de elogios até entre formadores de opinião com espaço na RBS, que criticam os assentamentos, o Incra e a reforma agrária. Mas a questão não se resume a isso. Não basta ser viável e gerar renda, para ser contraponto ao modelo. Em bastando, esta experiência seria rapidamente apropriada pelo agronegócio. Encontra dificuldades de expansão apesar da aceitação generalizada - porque se trata de algo mais amplo, envolvendo produção familiar, em contexto de alteração da estrutura fundiária, com perspectivas de autonomia no longo prazo, fugindo da dependência do mercado oligopolizado de agroquímicos.

Nesta perspectiva, a atual direção do Incra Nacional tem uma posição consolidada: vamos investir para favorecer mudanças de matrizes tecnológicas, com vistas a alterar o sistema produtivo

dominante nos assentamentos. Esta mudança se dará no sentido da consolidação de formas produtivas de base agroecológica, e envolverá medidas inovadoras no campo da assistência técnica e dos créditos produtivos.

Será suficiente? Não sabemos, sabemos que será um começo. Estamos propondo investimentos diferenciados para os assentados que se propuserem a converter suas matrizes produtivas a produzirem de forma ecológica. Estamos propondo uma política articulada com os movimentos sociais de forma a orientar investimentos de recursos destinados ao desenvolvimento para a consolidação de cadeias de produção de base agroecológica. No exemplo do arroz, trata-se de articular atividades que contemplam desde o preparo do solo até a venda ao consumidor. É evidente que não nos enganamos com possibilidades que estão além dos nossos limites. Não pensamos que será possível induzir agricultores, de um momento para o outro, assentados em Cruz Alta, por exemplo, a eliminarem a produção de soja GM (geneticamente modificada) e passarem a produzir qualquer outra coisa. Não podemos obrigar mudanças na forma de trabalho dos assentados, e nosso poder de indução se chocará de frente com o poder de indução de outras forças, historicamente estabelecidas, e apoiadas pela política agrícola vigente. Entretanto, podemos carimbar, especificar a destinação de parte dos recursos de que dispomos, orientando sua aplicação em sistemas de produção de base agroecológica, em incentivos para a armazenagem e à comercialização de produtos de base agroecológica. Podemos orientar as equipes de assistência técnica, os Planos de Desenvolvimento e os Planos de Recuperação de Assentamentos, com objetivos semelhantes. Estamos propondo, neste sentido, reservar R\$ 7 milhões, de um total de R\$ 10 milhões, para estes investimentos em apoio a mudanças de matrizes produtivas.

---

## II FÓRUM DA IGUALDADE

---

Sabemos, também, que as cadeias de produtos de base agroecológica não conseguem conviver, sem contaminação, com as cadeias de produtos do agronegócio, e que estes dominam as estruturas de armazenamento, secagem e transporte. Sabemos que isso compromete a viabilidade da produção agroecológica, colocando dificuldades que se situam além da matriz produtiva.

Além disso, os estabelecimentos onde o arroz é colhido e a produção do arroz em si, via de regra não seguem a mesma orientação. Mais de 80% das áreas de várzea que produzem arroz no RS estão em estabelecimentos que exploram a pecuária de corte, e são arrendadas a produtores de arroz, que também pagam aluguel pelo uso da água. A pressão pela utilização das várzeas, via arrendamento, também se dá nas áreas de assentamento e também deve ser vencida, em articulação entre os agricultores e o poder público, para viabilização das lavouras de arroz ecológico. Nos assentamentos gaúchos esta pressão tem sido enfrentada e vencida pelo Grupo Gestor que o Émerson referiu de forma rápida. Foi este grupo, que articula diversos atores com um objetivo comum, do qual o Incra participa, que tornou viável o aproveitamento deste potencial pelos agricultores assentados.

Precisamos de outras articulações deste tipo, em outras cadeias produtivas, mesmo sabendo que nem todos os assentamentos poderão evoluir para a produção ecológica. Temos evidências de que na região metropolitana este é o modelo dominante e temos propostas com visão de curto, médio e longo prazo para sua expansão. Contamos com o apoio da sociedade para realizar este objetivo, e com espaços como o do Fórum da Igualdade para divulgar seus resultados e para ampliar os laços de apoio à política de reforma agrária.

### 3- Aspectos levantados pelos debatedores

Roberto Kiel, Luiza Chomenko, Geraldo Defune, André Oliveira

- As lavouras de arroz irrigado na região da Campanha, devido à interligação das águas de superfície, colocam em jogo aspectos de relações internacionais. A contaminação das águas pelo uso de tecnologias intensivas em agrotóxicos, bem como pelo plantio de sementes geneticamente modificadas, cria ameaças para agricultores do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, ampliando a questão das desigualdades associadas aos modelos de produção. Este aspecto coloca a necessidade de articulações internacionais para a defesa da agricultura familiar, bem como para expansão de modelos de produção de base agroecológica. Articulação entre sete países da América Latina (Brasil, Uruguai, Paraguai...), denominada Alianza del Pastizal, elaborou estudo comparativo que mostra a fragilidade do bioma pampa diante do avanço do agronegócio, e está buscando recursos internacionais para estimular a produção de arroz ecológico e fortalecer a resistência à liberação comercial do arroz transgênico.
- As tecnologias, assim como os mecanismos do Estado, permitem diferentes usos e diferentes resultados. A questão dos modelos e matrizes de produção não é meramente técnica, em que pese a importância de sua fundamentação técnica. As discussões técnicas neste campo, a rigor, tendem a esconder motivações políticas. Desnuda a questão, percebe-se que estamos diante de motivações e decisões políticas. Este tema deve ser enfrentado politicamente e as instituições públicas devem ser disputadas com esta perspectiva. Os regramentos da sociedade, que estabelecem parâmetros para o que é e o que não é possível, para o que deve e não deve ser estimulado, devem ser decodificados e tornados visíveis para a sociedade. Espaços como este devem ser multiplicados para garantir avanços da democracia participativa. O

---

## II FÓRUM DA IGUALDADE

---

conceito de Desenvolvimento Sustentável vem sendo alterado em conformidade com os objetivos do agronegócio. Quando a produção ecológica mostrar-se eficiente sob o ponto de vista dos interesses de reprodução do capital, ela será apropriada pelo agronegócio, de maneira que ela não se coloca, necessariamente, como oposta ao agronegócio. Esta questão também pode ser estendida à questão dos conhecimentos populares e da apropriação destes conhecimentos, hoje percebidos como coletivos, posto que historicamente gerados e mantidos pelas comunidades. Esta apropriação de conhecimentos responderá aos interesses do capital e será similar à apropriação da biodiversidade; será seletiva, excluirá saberes e apoiará a produção de novas tecnologias voltadas à manipulação da natureza e da sociedade, no interesse da reprodução do capital. Como consequência, as mudanças incorporadas no processo de desenvolvimento ampliarão o grupo dos excluídos, que, como população majoritária, tenderá a se concentrar em áreas urbanas marginais. Esta população já no presente tende a ficar à margem da agroecologia porque, para a maioria, a questão não é de diferenças de modelos, mas sim de oportunidades. O problema, nesta perspectiva, não se resume à justiça entre as gerações do presente e do futuro, a modos de produção mais respeitosos ao ambiente, com vistas ao futuro. Trata-se da ampliação, no presente, de uma dicotomia que já existe e se associa à disputa entre excluídos e incluídos.

### **Oficina 2: A contaminação genética do milho**

#### **Argumento**

No Brasil, já são 18 os tipos de milho transgênico liberados para produção comercial.

Trata-se de plantas geneticamente modificadas pela incorporação de genes que permitem a expressão de características totalmente estranhas a sua condição natural e que já ocupam, segundo algumas notícias, cerca de 70% da área cultivada com aquele grão. A transformação genética incorporada a estes milhos permite que eles recebam altas doses de determinados agrotóxicos sem morrer, ou que produzam uma proteína inseticida, que está presente em todas as suas células e mata alguns insetos que deles se alimentam, ou ambos (a um só tempo, resistem a banhos de determinados venenos e produzem internamente determinadas toxinas). Na prática, isto significa que, em nome de determinados interesses associados ao manejo das lavouras, os consumidores recebem grãos com maiores teores de resíduos dos herbicidas aplicados em cobertura, além de teores inusitados de toxinas que não existiam nos milhos tradicionais e ainda não estão presentes nos milhos crioulos.

Em vista dos riscos envolvidos, consumidores e grande parte dos agricultores se recusam a utilizar o milho transgênico, mas nem por isso conseguem evitá-lo. De um lado, não há rotulagem nas embalagens que permita a identificação do grão transgênico pelo consumidor; de outro não existe controle do fluxo gênico, que possibilite aos agricultores orgânicos que suas lavouras não sejam contaminadas pelo pólen transgênico.

Painelistas: Pablo Galeano (Univ. da Republica do Uruguai-Montevidéo) e Gabriel Fernandes (AS-PTA – RJ)

---

## **II FÓRUM DA IGUALDADE**

---

Debatedores: Luiza Chomenko; Paulo Brack; Geraldo Defune;  
Leonardo Melgarejo

### **Exposições**

#### **1 - Contaminação transgênica do milho no Uruguai.**

Pablo Galeano, Redes-AT

En esta presentación se dio a conocer la investigación realizada en Uruguay que constató la contaminación de cultivos de maíz no transgénicos (no-GM) por causa del cruzamiento con cultivos de maíz GM vecinos. Este trabajo llevado adelante por investigadores de tres Facultades de la Universidad de la República (Ciencias, Química y Agronomía) demostró que las medidas de coexistencia establecidas en la reglamentación uruguaya (al momento del estudio una separación de 250 m entre cultivos de maíz GM y no-GM) no fueron efectivas en evitar que se produjera el flujo de transgenes hacia los maíces no GM.

En la exposición se planteó también las controversias generadas en el mundo científico en relación a la evaluación de los riesgos que genera la liberación al ambiente de cultivos GM. Lejos de existir un consenso con respecto a este tema existen fuertes presiones por parte de las corporaciones que comercializan estas tecnologías sobre los grupos de investigación que señalan la existencia de riesgos asociados a los cultivos transgénicos. Este tipo de accionar tiene sus antecedentes históricos cuando estas mismas empresas que hoy se dedican a la producción de semillas, centraban su producción en los agroquímicos. Varias de estas empresas negaron durante décadas los efectos perjudiciales de varios de los agroquímicos que producían y que hoy se saben dañinos para la salud y el ambiente. Tanto es así que han perdido juicios millonarios por manipular la información.



Vinculado a lo anterior se comentaron algunas de las estrategias utilizadas por la industria biotecnológica para generar opiniones favorables al uso de sus cultivares GM. En particular se comentó la participación de estas corporaciones en la “capacitación” de tomadores de decisión y formadores de opinión, vinculados a la aprobación de estos cultivares en la región. Un ejemplo de esto son los cursos que brinda el ILSI en los países del Cono Sur sobre evaluación de riesgos asociados a los cultivares GM, siendo el ILSI un instituto integrado y financiado por las corporaciones que venden estas semillas.

Se comentó además que la imposición de esta tecnología es una estrategia más de las utilizadas por el poder corporativo para apropiarse del negocio vinculado a toda la cadena agroalimentaria. Se mostraron datos de Uruguay que muestran cómo en una década la aplicación de esta tecnología de la mano del desarrollo del agronegocio ha concentrado la tenencia y gestión de la tierra, ha desplazado a la agricultura familiar y ha homogeneizado y deteriorado el manejo de los agroecosistemas, poniendo en jaque la posibilidad de generar un desarrollo rural sustentable y con justicia social.

## **2 – A agricultura familiar e a expansão das lavouras transgênicas**

Gabriel Fernandes – AS-PTA

O Brasil é o segundo país em área plantada com sementes transgênicas. Apesar disso, até hoje os transgênicos não trouxeram nenhum benefício para o consumidor. Não há nenhuma vantagem que o produtor possa ter eventualmente obtido com os transgênicos que não poderia ter sido alcançada com a adoção de outras técnicas de manejo. É preciso destacar que Estados Unidos, Brasil, Argentina

---

## II FÓRUM DA IGUALDADE

---

e Índia respondem por 84% da área total cultivada com sementes transgênicas. Assim, a ideia de que a transgenia cresce no mundo todo é uma imagem que a indústria tenta empurrar. A forte concentração no mercado de sementes explica boa parte dessa expansão, inclusive no Brasil. Grandes multinacionais do setor vêm há anos comprando empresas menores de sementes e formando um poderoso oligopólio. Como seu interesse é vender sementes transgênicas, elas tiram do mercado as variedades convencionais e o agricultor fica sem opção. Os grandes produtores de soja do Mato Grosso já ameaçaram recorrer ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para tentar barrar essa imposição. Também contribuem para a expansão a grande presença de representantes comerciais das empresas no campo e de convênios de governos estaduais para disseminação das sementes modificadas.

Do ponto de vista da regulamentação e da ação do Estado, é preciso destacar que está em curso um processo de desmanche das regras de biossegurança no país. Aqueles poucos itens da lei que as empresas não conseguiram levar em 2005, quando da disputa no Congresso, estão sendo conquistados agora por meio da CTNBio, que é órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia. A mudança está no fato de que as empresas agora poderão se isentar de monitorar os efeitos de médio e longo prazo dos transgênicos sobre a saúde e o meio ambiente. As que porventura o estivessem fazendo poderão pedir sua extinção. O perigo está exatamente no fato de que os riscos desses produtos não serão investigados. Há um excessivo poder de regular concentrado nas mãos dos integrantes dessa comissão.

Assim como já era previsto e foi amplamente alertado, a liberação das sementes transgênicas traz consigo o problema da contaminação e coloca em xeque o direito de os agricultores cultivarem suas próprias sementes sem contaminação. O que vemos é que os produtores que conservam variedades crioulas estão tendo

que assumir o ônus de evitar a contaminação. Isso quer dizer que estão tendo que plantar barreiras em suas propriedades, mudar épocas de plantio ou a localização de suas lavouras. Há casos em que as organizações locais estão comprando kits de diagnóstico para averiguar se não houve contaminação das sementes que serão repassadas a outros agricultores ou levadas a feiras de sementes e biodiversidade.

A preservação desses recursos genéticos nas mãos dos agricultores será decisiva para a produção de alimentos em tempos de mudança climática e esgotamento dos recursos naturais. O papel estratégico dessas sementes já é reconhecido há décadas, por exemplo, pelos agricultores do semiárido, que desenvolveram os bancos comunitários de sementes, e agora é também defendido pelo relator especial da Organização da Nações Unidas (ONU) para o direito humano à alimentação. No âmbito do programa Fome Zero, o governo tem iniciado ações que permitem a compra e distribuição de sementes crioulas entre os agricultores familiares. É um reconhecimento importante, que permitirá que o agricultor enfrente os transgênicos cultivando suas próprias sementes.

Do ponto de vista mais amplo, o enfrentamento da questão avança à medida que os consumidores passam a ter mais interesse em saber de onde vem sua comida e veem no consumo uma opção política também. Na agricultura, especificamente a familiar, a reversão do quadro de crescente controle corporativo sobre as sementes dependerá dos movimentos do campo (como Via Campesina, Fetraf e Contag) colocarem o controle sobre os recursos genéticos como prioridade em suas agendas estratégicas e como um caminho para a transição agroecológica, para um modelo agrícola que liberte o agricultor de fazer o que faz o agronegócio, só que em menor escala.

---

## **II FÓRUM DA IGUALDADE**

---

### **3 – Aspectos levantados pelos debatedores**

Luiza Chomenko, Paulo Brack, Geraldo Defune

- A contaminação é inevitável, e os agricultores com seus produtos contaminados ficarão sujeitos a ações judiciais pela presença dos transgenes em suas lavouras.
- A contaminação implica em prejuízos qualitativos e também em quedas de rentabilidade, trazendo impossibilidade de acesso a mercados específicos que exigem produtos livres de transgênicos.
- A contaminação implica em riscos desconhecidos porque não existem estudos sistemáticos epidemiológicos relacionados ao consumo.
- Os pacotes tecnológicos associados aos produtos GM incorporam dependência e acarretam maiores índices de utilização de agrotóxicos, com implicações sobre saúde do meio ambiente, dos trabalhadores e dos consumidores.
- A tecnologia GM associa-se à concentração de terras, redução da biodiversidade, exclusão dos produtores e desagregação do tecido social em áreas rurais. Como consequência, amplia o cinturão de miséria em áreas urbanas.
- As normas legais em vigor são débeis e contribuem positivamente para o avanço da contaminação GM.
- As normas legais, embora débeis, estão sob ameaça, sendo necessária a mobilização social para conter a tendência de flexibilização e facilitação da tramitação de processos na CTNBio. De especial, isentará as empresas da obrigatoriedade de realizar estudos de longo prazo (plurigeracionais), bem como de estudos com animais em gestação.



## **V – Expositores e debatedores**

### **André Luiz Oliveira**

Engenheiro Agrônomo, especializado em Agricultura Biodinâmica, com experiência em pesquisa, produção e gerenciamento de projetos de irrigação e orizicultura. Atualmente na assessoria da presidência do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga) no Programa de Agroecologia / Agricultura de Base Ecológica.

### **Émerson Giacomelli**

Agricultor assentado desde 1994 no assentamento Capela, Município de Nova Santa Rita, produtor de arroz orgânico em sistema cooperativado. Membro da Coordenação Estadual do MST e atual Presidente da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (Coceargs).

### **Gabriel Bianconi Fernandes**

Engenheiro Agrônomo formado. Assessor técnico da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Coursou Especialização em Ecologia do Gene pelo Genok/Universidade de

---

## **II FÓRUM DA IGUALDADE**

---

Tromso, Noruega. É membro do GEA - Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade.

### **Geraldo Deffune Gonçalves de Oliveira**

Engenheiro Agrônomo, Ph.D. em Agroecologia e Agricultura Sustentável pelo Imperial College at Wye - University of London (Inglaterra), MsC em Fitotecnia pelo Wye College - University of London. Possui especializações em Agricultura Biodinâmica pelo Emerson College, East Sussex (Inglaterra); e Avaliação Holística de Biossegurança e Transgênicos pelo Gen K - Centro de Ecologia do Gene e Biossegurança, Universidade de Troms (Noruega). Membro da CTNBio como Especialista em Agricultura Familiar pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Professor e Pesquisador em Agroecologia Aplicada e Agricultura Orgânica na UFFS-Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus de Laranjeiras do Sul (PR) desde abril de 2012. É membro do GEA- Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade.

### **Leonardo Melgarejo**

Extensionista Rural da Emater-RS desde 1982, atualmente atuando no Inkra, é colaborador voluntário de movimentos sociais do campo. Agrônomo, MsC em Economia Rural, Dr Engenharia de Produção, desde 2008 é representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário junto à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio. É membro do GEA- Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade.

### **Luiza Chomenko**

Bióloga pesquisadora do Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (MCN/FZB). Graduada em

Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1976), com especialização em Biogeographie und Raumbewertung (Biogeografia e Avaliação Espacial) pela Universität Der Saarland, UDS, Alemanha (1985); MsC Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1981) e Dr Biogeographie pela Universität Der Saarland (1986). Atua na área de Ecologia, com ênfase em Gestão Ambiental; é integrante e componente da mesa diretiva da Alianza del Pastizal. Foi agraciada em 2010 com o prêmio Futuro da Terra, promovido pela FAPERGS/Jornal do Comércio. É membro do GEA- Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade.

### **Paulo Brack**

Biólogo, Mestre em Botânica (UFRGS), Doutor em Ecologia e Recursos Naturais (UFSC). Professor do Departamento de Botânica do Instituto de Biociências - UFRGS. Representante do Ingá no Conselho Nacional de Meio Ambiente. Ex-membro da CTNBio entre 2006 a 2008. É membro do GEA- Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade.

### **Pablo Galeano**

Licenciado en Bioquímica en la UdelaR (Facultad de Ciencias de la Universidad de la República), Montevideo, Uruguay. Trabaja como investigador en la Cátedra de Bioquímica de la Facultad de Química de la UdelaR en colaboración con el Departamento de Producción Vegetal de la Facultad de Agronomía de esa Universidad. Su área de trabajo es en mecanismos de defensa contra patógenos en plantas. Desde 2008 ha participado en investigaciones sobre Flujo de transgenes entre cultivos comerciales de maíz en Uruguay. Asesora a la ONG REDES-AT de Uruguay en temas referidos a los riesgos vinculados al desarrollo de las biotecnologías agrícolas. Ha colaborado con numerosas publicaciones sobre el impacto de los

---

## **II FÓRUM DA IGUALDADE**

cultivos transgênicos tanto a nível nacional como internacional. Como delegado de esta organização participa en la coordinación nacional de la Red de Semillas Criollas del Uruguay.

Es miembro del Grupo Asesor en Certificación Participativa de la Red de Agroecología del Uruguay. Junto a un grupo de productores y técnicos trabajó contratado por la APODU (Asociación de Productores Orgánicos del Uruguay) en el desarrollo de este Sistema Participativo de Garantía. Fue productor agroecológico por más de diez años y como tal fue fundador de APODU.

### **Roberto Kiel**

Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), MsC em Sensoriamento Remoto também pela Ufrgs.

Possui especializações em: Planejamento, Implantação e Avaliação de Políticas Públicas; Projetos de Desenvolvimento Rural. Solução de Conflitos; Pesquisa estatística; Regularização Fundiária; Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento.

Perito Federal Agrário na Superintendência Regional do Inkra/RS, já ocupou os seguintes cargos nacionais dentro da entidade: Diretor de Gestão Estratégica; Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária; e Diretor Executivo.

### **Roberto Ramos**

Engenheiro Agrônomo desde 1996, funcionário concursado do Inkra desde 1997, tendo exercido cargo de chefia nos seguintes setores: Créditos, Divisão Operacional e Divisão de Obtenção de Terras da superintendência do Rio Grande do Sul. Exerceu a Coordenação-Geral de Obtenção de Terras, da Diretoria de Obtenção, em Brasília. É superintendente regional do Inkra no Rio Grande do Sul desde 2010.





## VI – Bibliografia sugerida

TVE Cidadania

<http://www.fstematico2012.org.br/index.php?link=86>

Boletim

<http://aspta.org.br/itens-de-campanha/boletim/>

Livro Agrotóxicos no Brasil

<http://aspta.org.br/2011/09/lancamento-do-livro-agrotoxicos-no-brasil-um-guia-para-acao-em-defesa-da-vida/>

Livro Transgênicos para quem

[http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item\\_id=9190597](http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=9190597)

Coexistência: o caso do milho

<http://www.nead.gov.br/portal/nead/nead-debate/>

Seminário sobre proteção da agrobiodiversidade e direito dos agricultores: propostas para enfrentar a contaminação

---

## **II FÓRUM DA IGUALDADE**

---

transgênica do milho

<http://www.nead.gov.br/portal/nead/nead-debate/?page=2>

Feijão transgênico - E se os doutores estiverem errados?

<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1053>

Violação das regras de biossegurança: a questão dos transgênicos

<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/504506-violacao-das-regras-de-biosseguranca-a-questao-dos-transgenicos-entrevista-especial-com-gabriel-fernandes->

Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida

<http://www.contraosagrototoxicos.org>

Blog Em Pratos Limpos - porque alimentação também é política

<http://pratoslimpos.org.br/>

colheita arroz ecológico, safra 2011-12

<http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/11954-assentamento-capela-realiza-9-abertura-da-colheita-do-arroz-ecologico>



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

